



Septiembre 2019 - ISSN: 1989-4155

EDUCAÇÃO PARA CRIANÇAS ESPECIAIS COM SÍNDROME DE DOWN “À INCLUSÃO NA ESCOLA”

Manoela Renata Araújo Chagas ¹
Eduardo Mauch Palmeira²

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Manoela Renata Araújo Chagas y Eduardo Mauch Palmeira (2019): “Educação para crianças especiais com síndrome de Down “A inclusão na escola””, Revista Atlante: Cuadernos de Educación y Desarrollo (septiembre 2019). En línea:

<https://www.eumed.net/rev/atlante/2019/09/educacao-sindrome-down.html>

Resumo

Este artigo tem como objetivo tratar da educação que propõe à inclusão de crianças com necessidades especiais consiste em um trabalho tem por objetivo, desenvolver as oportunidades para que todos tenham acesso ao ensino, apoiando com recursos pedagógicos, que respeitam as diferenças, sendo promovida a construção do conhecimento e a introdução deste aluno. Devemos refletir sobre a abordagem de uma escola inclusiva e para todos, parte de uma mudança no ponto de vista sociocultural de uma visão ideológica, em diferença com a realidade apresentada. A sequência de construção de uma educação inclusiva é responsabilidade de todos e leva-nos a uma ampla discussão, sendo a inclusão uma realidade do século XXI, em um momento complexo, exigindo um posicionamento de toda a sociedade. Apesar da boa vontade dos docentes, são muitas as barreiras sociais que dificultam o processo de inclusão nas instituições de ensino regular. Então, a educação inclusiva é tema e desdobramentos na área educacional e o debate sobre a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, em salas regulares, provoca uma grande mudança nos educadores. A legislação tem avançado e a inclusão na escola é um direito constitucional, pois, não a mais espaço para a discussão da aceitação nas escolas. Sendo que na nossa constituição federal de 1988, artigo 205, o direito à educação é para todas as crianças.

Palavra-chave: Inclusão; Diferença; Educação; Síndrome de Down;

Resumen

La educación que se propone La inclusión de niños con necesidades especiales es un trabajo que tiene como objetivo, desarrollar oportunidades para que todos tengan acceso a la educación, el apoyo con recursos educativos, respetando las diferencias, y promovió la construcción del conocimiento y la introducción de este Estudiantes. Debemos reflexionar sobre El enfoque de una

¹ Professora Licenciada em Pedagogia (Unipampa-Jaguarão)RS. manu.unipampa.br2019@gmail.com

² Mestre em Gestão de Organizações Públicas - UFSM-RS; Mestre em Integración Económica Global y Regional, pela Universidad Internacional de Andalucía (UNIA) Málaga - Espanha; Especialista em Tecnologia de Informações para Competitividade Empresarial (UCPEL-RS); Graduado em Ciências Econômicas (UCPEL-RS); Economista na Universidade Federal do Pampa (Unipampa); Professor da Faculdade IDEAU de Bagé; profpalmeira@gmail.com

escuela inclusiva y para todos, parte de un cambio en El punto sociocultural de vista de una visión ideológica, en diferencia con la realidad presentada. La secuencia de la construcción de una educación inclusiva es responsabilidad de todos y nos conduce a un amplio debate, con la inclusión de una realidad del siglo XXI y, como tal, surge en un momento complejo, que requiere la colocación de toda la sociedad. A pesar de la buena voluntad de los profesores, hay muchas barreras sociales que obstaculizan el proceso de inclusión en las instituciones de educación regular. Así, La educación inclusiva ES eEl tema y descorçoes en la educación y el debate sobre la inclusión de alumnos con necesidades especiales en las habitacionais regulares, provoca un gran cambio en los educadores. La legislassem ha avanzado y La inclusión en La escuela es un derecho constitucional, por lo tanto, no es el espacio para discutir la aceptación en las escuelas. Dado que en nuestra constitución federal de 1988 atrigo205, el derecho a la educación ES para todos los niños.

PALABRAS CLAVE: Inclusión; Diferencia; Educación; Síndrome de Down;

INTRODUÇÃO

As escolas que se caracterizam por estabelecer alguns padrões comportamentais, tanto de corpo como de formas de ver o mundo e aqueles que não se enquadram nesses padrões tornam-se marginalizados, rejeitados e excluídos do seu convívio social.

Ao recorrer à história, percebemos que esta visão de exclusão ao diferente sempre esteve presente em todas as sociedades, pois ao longo do tempo foi se criando uma visão padronizada sendo rotulado o diferente como anormal sem inclusão para o ensino, sendo necessários padrões de normalidade para serem aceitos pela sociedade.

A criança com determinados traços, é normalmente descriminalizada e conseqüentemente em sua aprendizagem, pois muitos têm dificuldades ao desenvolvimento, como a sua visão, audição e no seu cognitivo, certas debilitações no entendimento do conceito tempo e espaço.

Porém, temos na comunidade científica, que esta criança, com a educação devida e com estímulo, terá uma educação significativa. Neste artigo, busco demonstrar algumas destas probabilidades e seus inúmeros recursos que poderão ser utilizados nos desenvolvimentos dos portadores da síndrome do trissomia do 21.

A inclusão da criança com necessidade especial na escola regular de ensino tem sido um assunto bastante discutido, tanto nos segmentos educacionais quanto nos sociais.

No entanto falar de inclusão não é um assunto fácil, porém necessário, incluir não significa colocar a criança na escola sem as condições necessárias de aceitação na instituição de ensino dando suporte pedagógico.

A compreensão deste professor deve se ater de forma gradual, intuito de proporcionar uma vivência de aprendizagem realista, dando uma nova informação a ser assimilada pelo aluno. Sabemos que dificilmente esta criança com a síndrome de Down irá esquecer o que aprendeu, mesmo sendo um processo vagaroso.

Também destacamos, que crianças com síndrome do trissomia do 21, quando estimuladas, destacam uma habilidade para exercer atividades que sejam da sua rotina no seu dia a dia, podendo ser um gatilho a ser usado pelos professores a seu favor e desta maneira atingir

objetivos desejados na educação deste aluno de Donw tem direito de estudar e tem o direito de frequentar a universidade conforme a Lei Estadual 4.151, de 4 e setembro de 2003, alterada pela Lei Estadual 5074 de 17 de julho de 2007, determina que as universidades públicas estaduais deverão reservar obrigatoriamente aos estudantes carentes o percentual de 45% das vagas para ingresso nos cursos de graduação, distribuídas da seguinte forma:

- a) 20% para estudantes oriundos da rede pública de ensino;
- b) 20% para negros;
- c) 5% para pessoas com deficiência ou integrantes de minorias étnicas, sendo poucos que conseguem, porem a lei existe.

Desta forma um ensino de qualidade que envolve de forma encontrada e com as quais estamos diariamente em contato, sejam elas cognitivas, motoras e afetivas sociais.

Em suas variações, ou seja, no que diz a respeito de vários cenários em que tais princípios de participação e direitos humanos se inserem, incluindo-se o educacional tão aconselhado como uma das principais alavancas de crescimento e projeção sociais do mundo moderno, ainda há muito a ser esclarecido e discutido a respeito das diferenças que a inclusão possa assumir.

Exemplo prático desta necessidade pode ser facilmente fundamentado em observações do dia-a-dia, quando se percebe a perplexidade, confusão e insegurança com que professores e outros profissionais se adaptam com o tema quando abordado em teoria ou na prática.

A constituição brasileira em seu início III do art. 208 afirma que o atendimento educacional ao portador de necessidades especiais deve ocorrer “preferencialmente na rede regular de ensino”.

E esta afirmação é reforçada com a promulgação da lei de diretrizes e bases da educação nacional “lei nº 9.349/96 e organizações específicas, para o atendimento adequado de necessidades educacionais especiais, (art.59, I) e professores de ensino regular capacitados para a integração desses educadores nas classes comuns assim podendo ter uma educação clara e objetiva para todas as crianças.

A inclusão da criança especial

Entende-se por educação especial a educação dividida aos portadores de necessidades especiais mental, auditiva, visual, físicas múltiplas e portadores de altas habilidades. A deficiência refere-se à perda, anormalidade de estrutura ou função de toda a alteração do corpo ou da aparência física, de um órgão ou de uma função, qualquer que seja a sua causa.

A incapacidade requeresse a restrição de atividade em decorrência das consequências de uma deficiência em termos de desempenho e atividade funcional da criança e que representava as perturbações ao nível da própria criança. “Desvantagens referem-se a condições sociais de prejuízo que a criança enfrenta ao ingressar na escola, devido a sua deficiência e incapacidade, as desvantagens que se enfrenta para adaptação da criança e a interação dela com seu meio”.

O processo de receber esta criança e a inclusão é responsabilidade de todos e garantido por lei conforme vemos na Lei de Salamanca de 1994, Lei de Diretrizes e Base- LDB 9.394/ 96, as diretrizes regulamentadas pelo do Decreto nº 6.571, de 18 de setembro de 2008, Lei Brasileira de Inclusão-LBI de 6 de julho de 2015. E assim ter a efetivação de direitos e respeito à diversidade.

toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem, • toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas, • sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades, • aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades, • escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.((SALA MA N CA , 199 4 ,p.1)

No contexto da inclusão educacional de crianças com necessidades especiais é fundamental que a criança seja vista como criança, não lhe negando sua diferença ou característica. Orgânica, mas nunca se deve supervalorizar esse fator e resumir uma ação a uma única característica, principalmente aquele que deprecia-la diante das demais meio. AMARAL; AQUINO, 1998, p. 24-25.

A escola inclusiva deveria ser chamada de escola para todos, sempre aberta para todas as crianças que querem aprender e ter uma educação digna, sem ser necessário ser separada das demais crianças, sendo separada e colocada em uma escola especial.

A MANTOAN, 2005, p. 24-26 autora Maria Teresa Egler Mantoan diz que deve ser defendida e afirmada pelos docentes, e zelar pela aprendizagem do aluno com necessidades especiais na modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino. Assim a escola tem que procurar fortalecer as competências, a capacidade destas crianças, tendo o objetivo e metas de levar o conhecimento a criança portadora da síndrome de Down, seja a escola comum ou especial.

Entretanto, promover a inclusão apesar de ser um dever das escolas expresso na lei, está bem longe de alcançar o objetivo maior que é garantir a todas as crianças portadoras de algumas deficiências, a escola tem que acolher esta criança, com qualidade que atenda suas necessidades, pois a estrutura de ensino está montada para receber uma criança dando todo suporte de desenvolvimento emocional para a criança e o professor.

Este artigo trata da inclusão à criança na escola, garantindo-lhes o direito a educação, rompendo paradigmas educacionais vigentes na maior parte das escolas.

Sendo o dia -a- dia de uma criança portadora de necessidades especiais, e daqueles que defendem seus direitos, demonstra que a igualdade de todos perante a escola tratando todos iguais perante a população, ainda hoje na escola, não se deslumbra números significativa de crianças integradas às turmas regulares, ingressadas nas escolas, sendo cada vez mais visível a aceitação dos professores e o esforço para manter estas crianças na escola junto com as outras crianças deitadas normais.

O artigo mostra as dificuldades que enfrentam, e as barreiras físicas, e sociais de aceitação de colegas, professores e diretores, creem que a maior de todas as barreiras que enfrentamos é cultural. Na esperança de pertencer a um grupo de iguais, desprezamos o grande ganho de conhecimento de as diferenças e o prazer de conviver com crianças maravilhosas que só aumentam o nosso conhecimento acolhendo todos, sem exceção.

Não se trata só de estar com a criança, mas de interagir com elas, sendo um dos mais importantes espaços de inclusão é a escola, não só porque se trata de um direito de portador de necessidade especial, mas porque é na escola que a criança aprende, desde cedo, a convivência com a diferença só enriquece o conhecimento de todos na volta.

As crianças que integram com a diferença não aprendem o preconceito, e irão se adaptar e compuser uma sociedade mais justa, tornando-se cidadãos aptos a respeitar o outro, a valorizá-lo como ele é, tornando-se adultos tolerantes, solidários e responsáveis pelo bem-estar da criança que virara um adulto letrado.

Se os pais dos demais alunos reclamam, e a escola não é consciente o suficiente de seu papel, que tipo de sociedade formará?

E que tipo de educadores são esses que não são capazes de defender a inclusão não só como direito do portador de necessidades especiais, mas de todas as outras crianças, de convivência? De reconhecer como dever de toda a garantia desse direito?

Atitudes passivas, no mínimo bloqueiam o acesso de crianças, jovens e adultos com deficiência aos direitos descritos na Constituição Federal. Bloqueiam porque não facilitam. De um lado, limitações e obstáculos muito bem construídos e consolidados no imaginário das pessoas.

Do outro, a garantia de que pessoas com deficiência têm potencialidades e perspectivas. Sendo que aos primeiros anos de vida de uma criança constituem em um período crítico em seu desenvolvimento cognitivo, e o papel que a família desempenha nesse período é de fundamental importância.

Segundo Casarin (1999), as famílias diferem em sua reação diante do nascimento da criança com SD, algumas passam por um período de crise aguda, recuperando-se gradativamente, outras têm mais dificuldade e desenvolvem uma situação crônica-tristeza.

Existe um processo de luta adjacente, quando se tem o nascimento de uma criança com síndrome de Down que envolve quatro fases, sendo estas, nas primeiras fases, há um entorpecimento com o choque e descrença. Na segunda, aparece ansiedade e protesto, com manifestações de emoções fortes e desejo de recuperar a pessoa perdida.

A terceira fase se caracteriza pela desesperança com o reconhecimento da crença que deus não pode mudar, e finalmente a quarta fase traz uma recuperação, gradativa a aceitação da

mudança. A segunda fase, para Bowlby (1993), é diferente, pois a criança está viva, os pais protestam contra o diagnóstico e prognóstico.

Em relação ao luto, a reação dos pais foi organizada em cinco estágios (Drotar e colaboradores, 1975 e Gath, 1985, apud Casarin, 1999). “A primeira reação de choque “As primeiras imagens que os pais formam da criança são baseadas nos significados anteriormente atribuídos à deficiência.

Na segunda, vêm à negação da síndrome, os pais tenham de acreditar num possível erro de diagnóstico, associando traços familiares. Essa fase pode ajudar no primeiro momento, levando os pais a desenvolver uma falsa naturalidade, mais quando se prolonga. O comportamento da criança com síndrome de Down a reação emocional é intensa.

Nesta fase a certeza do diagnóstico gera emoções e sentimentos diversos, como tristeza pela perda do bebê imaginado, raiva, ansiedade, insegurança pelo desconhecido, impotência diante de uma situação insustentável.

Quarta fase a da ansiedade e da insegurança, as reações do bebê ajudaram e muito a compreender e melhorar a situação. Já que ele não é tão diferente quanto aos outros bebês já começa a existir uma possibilidade de ligação afetiva.

Já na quinta fase começa a reorganização da família com a inclusão da criança portadora com síndrome de Down, para conseguirem reorganizar, os pais devem sair atrás de algumas respostas para suas dúvidas e outras famílias com o mesmo problema e as da aproximação entre seus membros, mas embora o relacionamento seja próximo, há pouca abertura e pouca consciência das dificuldades.

Segundo Casarin (1999), mesmo sendo a coesão uma tendência forte, ela se torna difícil, porque a criança requer cuidados e exige muita disponibilidade da pessoa que cuida desta criança, geralmente a mãe.

A dedicação desta mãe tem que ser exclusiva, sendo modificada a relação com os outros membros levando a um desequilíbrio nas relações.

Embora o choque seja inevitável, a maioria das famílias supera a crise e atinge um equilíbrio. A ajuda e a mediação de profissionais podem minimizar o impacto mostrando as possibilidades, e não somente os aspectos negativos, o que ajuda os pais a adquirir uma visão mais ampla da situação.

Para Rodrigo e Palácio (1998). O desenvolvimento das crianças com síndrome de Down, pois numa visão mais sistêmica consideram-se vários fatores afetando o desenvolvimento, dos quais o principal é o ambiente familiar.

Tendo consciência que o efeito das crises provocadas por um filho com atraso está motivado pelas características da criança, sendo mediado pelos recursos internos e externos, com os quais a família pode contar, além da concepção que esta tem sobre a criança com deficiência e seus problemas.

A preparação da escola.

Neste artigo tratamos das informações contidas através de experiências vivas, foram selecionadas escolas municipais que apresentavam em seu quadro alunos com síndrome de Down matriculados e frequentando o ensino regular.

Nestas instituições foram solicitadas autorizações da diretoria para o desenvolvimento da pesquisa, obtendo a aceitação da escola, foi estabelecido o contato com os professores que tinham em suas salas de aula crianças com síndrome Down e através de cada professor, foram comunicados.

Os pais destas crianças, tanto os professores quanto os pais assinaram um termo de consentimento, visando sempre à melhoria do ensino para estas crianças através desta pesquisa, posteriormente foram realizadas as entrevistas com perguntas semiestruturadas por professores especialistas em síndrome *down* tendo como objetivo verificar e analisar as impressões para o desenvolvimento da criança na escola e como é o seu comportamento perante a sociedade, visando sempre à inclusão de vês na escola.

As formas de estudo minuciosas de processos interativos compreendem três orientações; a cognitivista, que focaliza o plano intrapessoal durante os eventos interativos; a integracionista, que examina as relações interpessoais e o jogo de conversação informal como condições para a formação de como funciona a comunicação interna e a discursiva ou enunciativa, que dá preferência a dimensão dialógica e relaciona a interação, discurso e conhecimento

Assim, o uso da metodologia foi fundamental nesta pesquisa, sendo que exige atenção aos detalhes, os quais permite observar cada momento, onde se pode ir e vir nas informações de experiências vividas, sendo gravado os dados obtidos destas crianças.

Sendo assim, percorrer todos os momentos, podendo analisar cada registro, permitindo com isso, uma melhor compreensão das representações que tanto mães quanto professores temem relação ao aprendizado e ao desenvolvimento da criança com síndrome *Down*. Sendo que este trabalho tem como objetivo a representação social sobre a síndrome de *Down*.

A representação social que os professores participantes da pesquisa têm sobre algumas características comportamentais das pessoas com que possuem síndrome de Down é de que tais características estão relacionadas às condições genéticas dessas crianças com o seu comportamento diferenciado e características marcantes de ser uma criança extremamente dócil.

Sendo uma condição cromossômica causada por cromossomos extra no par 21 sendo que a criança portadora da síndrome tem característica física semelhante e estão sujeitas a algumas doenças embora apresentem deficiências intelectuais e de aprendizado, são crianças com gênios e personalidade única estabelece boa comunicação quando tem um professor interessado, sendo esta criança bem sensível.

Quase sempre o grau de acontecimentos dos sintomas é inversamente proporcional ao estímulo dado a essas crianças durante a infância.

Normalmente, os humanos apresentam em suas células 46 cromossomos, que vem em 23 pares. Crianças portadoras da síndrome de Down têm 47 cromossomos, pois têm três cópias do cromossomo 21, ao invés de duas.



FIGURA 1. Portador da trissomia do cromossomo 21 – Síndrome de Down

Fonte: G1.com³

"O desenvolvimento de uma criança com síndrome de down será afetado pelo seu cromossomo adicional. Sua constituição genética estabelece um plano preliminar para o desenvolvimento; ela não predetermina seu resultado final. Os genes são responsáveis pelas deficiências observadas na síndrome de down; o crescimento e a aprendizagem, em conjunto com fatores psicológicos, culturais e ambientais favoráveis, podem ajudar a reduzir o impacto dessas deficiências". (STRAY-GUNDERSEN, 2007, p.135)

O que está cópia extra de cromossomos provoca no organismo varia de acordo com a intenção dessa cópia, da genética familiar da criança, além de fatores ambientais e outras probabilidades.

Síndrome de Down e seu desenvolvimento escolar.

Não, existe um padrão para pessoas com síndrome Down, dependendo do grau de estimulação, umas podem realizar tarefas com mais facilidades que outras, mas é consenso que, quando estimuladas na escola, mostram desenvolvimento progressivo tanto nas tarefas do dia-dia, quanto na relação social, convivendo bem nas sociedade e tendo um bom aproveitamento escolar, sendo necessário o processo de inserção da criança deficiente nesta instituição, garantindo sua vaga nas escolas regulares.

³ Disponível em : <https://g1.globo.com/bemestar/noticia/sindrome-de-down-nao-e-doenca-mas-uma-condicao-genetica-nao-ha-cura-ou-tratamento.ghtml>

No contexto, da inclusão educação de crianças com necessidades especiais, é fundamental que a criança seja vista como criança e não como um problema a ser lido.

Portanto, não negar sua diferença ou características orgânicas, mas nunca se deve supervalorizar esse fator e resumir uma ação a uma única maneira, principalmente aquele que deprecia uma criança diferente diante das demais, “na escola inclusiva professores e alunos aprendem uma lição que a vida dificilmente ensina, segundo Mantoan, 2005, p.p24-, PAG. 24-26 autora Maria Teresa Eglér Mantoan é uma das maiores defensoras da educação inclusiva no Brasil, e critica convicta das chamadas escolas especiais, a mesma ressalta na entrevista as grandes lições para professores e alunos, onde tolerância, respeito e solidariedade são atitudes importantes na busca de uma sociedade mais justa, em que todas as pessoas realmente serão iguais perante a lei.

Desta forma, o ingresso no ensino fundamental, é um ponto marcante na vida desta criança. Para a criança, vem como uma etapa nova na sua vida com desafios e novos aprendizados e conteúdos escolares, sem falar na convivência com novos amigos e colegas, trazendo aprendizados e rotina a sua vida, destacando as brincadeiras em sala de aula presente na educação infantil, deixando de ser tão complexa a transição deste aluno, sendo um ponto positivo.

A escola, com esta atitude positiva, em receber o aluno com síndrome de Down, faz um papel primordial para a sua trajetória na ingressão do mundo escolar, conforme a criança com síndrome de Down se familiariza com crianças sem deficiências, o que vai ajudando a se beneficiar dos conhecimentos, havendo uma troca de conhecimentos entre estes alunos.

É comprovado que a convivência destas crianças com síndrome, é relevante, pois seus colegas ditos normais acabam influenciando nas suas atitudes, comportamentos e desenvolvendo habilidades necessárias à qual irá precisar para o convívio em sociedade, sendo os seus colegas exemplos a ser seguido em comportamentos, tendo um aprendizado significativo na capacidade de se relacionar em situações diversas.

A escola inclusiva deveria ser chamada de escola para todos, pois está sim aberta totalmente para que qualquer pessoa possa ter uma educação digna, sem ser necessário estudar em uma escola especial.” Uma escola que abrigue as diferenças e se enriqueça com as crianças, portadoras, sendo a inclusão defendida e investida.

Em virtude de que o estatuto da criança e do adolescente, afirma que, é obrigação dos professores, cuidarem da aprendizagem das crianças com necessidades especiais na educação escolar.

As escolas do ensino médio, já promovem à inclusão destas crianças, sendo garantida acolhida com alguns suportes, as suas necessidades, sendo que, já temos professores especializados para dar aula a estes alunos.

O desafio do professor na educação inclusiva.

O desafio do professor na educação inclusiva na escola, as perspectivas, recaem na prática inclusiva em sala de aula.

Sendo que está nas mãos dos professores o compromisso da sua efetivação, o professor é desafiado continuamente a responder às novas e crescentes expectativas projetadas sobre o aluno.

Supõe-se, desta maneira, assim que a peça principal para o processo da educação inclusiva seja o professor.

Porém, nem sempre, as legislações consideram esta variável primordial no processo de inclusão, "que consiste na capacidade de resposta daqueles que a tem de pôr em prática" (CORREIA (1999, pag. 28), Pois, segundo o autor: Considerando o trabalho pedagógico na inclusão de crianças com deficiência "[...] a predisposição dos professores frente à diversidade tem um papel decisivo na compreensão das diferenças individuais, em sua aceitação e respeito criando, removendo ou intensificando os obstáculos já existentes, o desafio proposto ao professor na inclusão da criança com necessidades.

Portanto, em muitas vezes também está, relacionado à sua própria formação inicial, que necessita de atualização frente às exigências da perspectiva da educação inclusiva, sua experiência no campo atual por maior que seja as necessidades, não basta compreender a diversidade fazendo-se necessária e continuada, uma postura criativa frente aos problemas Schon (2000), partindo dos pressupostos epistemológicos e pedagógicos de autores como John Dewey, Lev Vigotsky, Jean Piaget muito, contrariado com a forma de ensinar provenientes de uma construção científica e usada pelo docente como algo absoluto, propõe-se a uma alternativa para o docente defendendo um tipo de ensino que valoriza o saber da criança, auxiliando a fazer uma junção do seu conhecimento na ação com o conhecimento sistematizado na escola.

A este tipo de ensino denominou-se como uma reflexão na ação, sendo que esta proposta visa um ensino prático reflexivo diante de situações imprevistas em que não há respostas prontas ou procedimento de acordo com um padrão.

O autor utiliza a expressão "talento artístico profissional" para falar sobre os tipos de competência que os profissionais demonstram em certas situações da prática que são únicas, incertas e conflituosas.

Sendo a educação inclusiva para profissionais com talento artístico para dar conta das singularidades em sala de aula e assim desenvolver uma prática de reflexão na ação.

Este profissional precisa exercer sua função com competência e interação da teoria com a prática.

Diante dos desafios da inclusão, os docentes evoluem na sua maneira de fazer acontecer à aprendizagem nas suas aulas, portanto a presença da criança com deficiência na escola está provocando grandes mudanças de metodologia e organizações especiais a criar um ambiente mais rico para todos.

O novo paradigma do sistema, requer docentes com um perfil dinâmico, criativo e principalmente competente, para sua efetivação, desta maneira a prática reflexiva possibilita a constituição de uma rede de interação, sendo um exercício contínuo de consideração.

A escola é um canal de mudanças, portanto a inclusão de crianças com síndrome de Down, na rede regular de ensino, pode ser um começo para outras transformações, não somente de pensamentos, mas de atitudes e inclusão, dando um significado de compreender e somar.

Desta maneira, dar qualidade a este aluno com necessidades especiais e lhe dar o direito de ter as mesmas experiências que os outros alunos têm.

Desta forma, teremos o entendimento de aceitarmos o diferente e aprender com esta criança que tem muito a nos mostrar.

É importante se discutir esse assunto, pois a inclusão é um direito garantido a criança que possui algum tipo de deficiência, sendo inserido na sociedade em que mais tarde precisará conviver, e não a deixar alienada e totalmente despreparada para a vida em sociedade.

O propósito deste artigo, é de trazer a discussão a um assunto que é de interesse a todos, já que uma parcela considerável da sociedade, sofre com algum tipo de deficiência.

Pensando neste argumento, a inclusão vem para melhorar o ensino, é a primeira atitude para que isso aconteça, é olhando a educação com outros olhos.

Portanto, é preciso entender, que a inclusão não é apenas para a criança deficiente, mas para todos os excluídos ou discriminados, para as minorias, o entendimento educacional especializado não deve ser visto apenas como um complemento da escolarização, mas sim uma forma de levar a educação para todos.

Quando se pensa que tipo de benefícios à inclusão pode gerar continuamente, a sempre algo a descobrir com o aluno com síndrome da trissomia do 21. A inclusão, vem nos ensinando todos os dias, o exercitar a compreensão e a tolerância o respeito ao próximo, seja uma criança com síndrome Down ou uma criança sem nenhuma síndrome. Assim tirando o paradigma do retardo mental desta criança e procurando um entendimento que este aluno com a alteração genética, é capaz de compreender e aprender na sala de aula.

Passando a ter uma oportunidade de frequentar a escola, conforme o tempo desta criança descobrindo o potencial que cada um tem. Além disso a inclusão traz benefícios tanto acadêmicos quanto sócias, a inclusão bem-sucedida não acontece automaticamente, a atitude da escola se faz necessária, como um fator significativo nesse processo.

Conclusão

A inclusão é um movimento mundial de luta das pessoas com deficiências e seus familiares na busca dos seus direitos e lugares na nossa sociedade. O modelo padrão de inclusão vem ao longo dos anos, buscando a não exclusão escolar e dando novas ações que toda criança tenha acesso e permaneça na escola, mesmo ela sendo portadora da síndrome de *Down*.

É preciso fazer algo para que a inclusão realmente aconteça, é necessário identificar o problema, fornecer soluções, e o mais importante é o comprometimento dos educadores em fazer

a diferença e realmente fazer a inclusão, usando de recursos físicos e os mais materiais para a efetivação de um processo escolar de qualidade.

Devemos dar prioridade ao desenvolvimento de novas atitudes e formas de interação na escola, exigindo mudanças no relacionamento entre professores e alunos e na maneira de se processar a aprendizagem.

Concluí-se então que o processo de inclusão ocorre a partir da condição da criança com síndrome de *Down* e a turma onde está inclusa, a partir de condições de estrutura física, suportes de serviços pedagógicos, serviços técnico-pedagógica e administrativa, programações comemorativas, cultural desportivas, etc. que integrem ao processo se desencadeia na sala de aula como atores as crianças e professores, essas ações são fundamentalmente para a construção de uma educação para atenda às necessidades às possibilidades e ao interesse do conjunto da população escolar brasileira.

Para isso precisa de profissionais de educação responsáveis e competentes não só do ponto de vista pedagógica, mas também profissionais que não sejam desvinculados dos condicionamentos político-sociais.

É importante frisar que um ambiente amoroso e estimulante sobre uma intervenção precoce e integrados de educação irão sempre influenciar positivamente o desenvolvimento desta criança. Afinal as diferenças não podem ser e obstáculos nas nossas relações sociais e temos que saber respeitá-las. Mas também, não podemos deixar de reconhecer a sua existência e entendermos que a escola inclusiva é benéfica não somente para aqueles portadores de alguma modificação genética, mas sim para todos.

Visto que, na medida em que a escola proporciona a todos seus alunos a oportunidade de conviver com a diversidade e com as diferenças, sendo preparadas estas crianças para a vida em sociedade.

A pesquisa realizada sobre a inclusão de crianças portadoras de síndrome de *Down* na escola, tendo como objetivo mostrar o desafio do docente em lidar com esta criança está se mostrando uma experiência extremamente agradável e respaldada nos instrumentos de observação.

Como a inclusão é um processo grande e de imprevistos, sem fórmulas e exige aperfeiçoamento constante, ela também demonstra na entrevista que esse trabalho pode causar impotência diante da dificuldade em ajudar o aluno a avançar, mas que sente alegria quando consegue.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Ligia Assumpção; AQUINO, Julio Groppa (Org). **Diferenças e Preconceitos na Escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1998.

BRASIL. Lei 9394

CASARIN, S. (2001). Os vínculos familiares e a identidade da Pessoa com síndrome de Down. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, (Dissertação de Mestrado).

MANTOAN, Maria Tereza Égler; MARQUES, Carlos Alberto. **A integração de pessoas Com deficiência**: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Ed. SENAC, 1997.

REVISTA **Pátio Educação Infantil, A diversidade como desafio**, nº 9, Novembro 2005/ Fevereiro2006, Editora Artmed.

REVISTA **Nova Escola**, São Paulo: Abril, v.20, n.182, p.24-26, maio. 2005.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1989.

RODRIGO, M. J. & Palácios, J. (1998). *Família y desarrollo Humano*. Madri: Alianza Editorial.

STRAY-GUNDERSEN, Karen. *Crianças com síndrome de down: guia para pais e educadores*; tradução: Maria Regina Lucena Borges-Osório. Porto Alegre, RS: Artmed, 2007.

SALAMANCA;<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> acesso13/08/2019.